

O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

COLLECÇÃO ILLUSTRADA DE MATERIAES E NOTICIAS

PUBLICADA PELO

MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÊS

PREHISTORIA — EPIGRAPHia



NUMISMATICA — ARTE ANTICA

Veterum volvens monumenta virorum

LISBOA
IMPRESSA NACIONAL

1900

SUMMÁRIO

Estação romana da Ribeira (Tralhariz): 193.

A Archeologia na Figueira da Foz: 202.

A goiva de pedra nas estações neolíticas das cercanias da Figueira: 205.

Antiguidades de Cárquere: 206.

Do Areeiro á Mouraria: 212.

Este fascículo vai illustrado com 25 estampas.



O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

COLLEÇÃO ILUSTRADA DE MATERIAES E NOTICIAS

PUBLICADA PELO

MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÊS

VOL. V

1899-1900

N.º 7

Estação romana da Ribeira (Tralhariz)

Por comunicação do Sr. Albino Pereira Lopo, illustrado official do nosso Exército e a quem se devem importantissimos serviços no campo da archeologia do Norte de Tras-os-Montes, soube eu ha tempos que haviam apparecido em Janeiro d'este anno na Quinta da Ribeira, pertencente ao Sr. Candido de Frias Sampaio e Mello, umas ruinas romanas dignas de estudo. Ao mesmo tempo o meritissimo abbade de Miragaia, o Sr. Dr. Pedro A. Ferreira, escrevia-me tambem a participar-me o facto. O mesmo via eu noticiado em alguns jornaes da capital. Tendo-me dirigido por carta ao Sr. Candido de Frias a pedir-lhe informações, este nobre fidalgo não só se dignou responder-me immediatamente, mas levou a sua amabilidade a convidar-me para ir ver as ruinas, convite que repetiu em cartas successivas.

Em virtude d'isto parti para o Norte. No dia 16 de Março, pelas duas horas da tarde, descia eu do comboio na estação de Foz-Tua, onde tinha a honra de ser recebido pelo Sr. Candido de Frias, que me esperava juntamente com seus parentes o Sr. Joaquim de Sousa Pinto Barroso e Carlos Machado, e com o Sr. tenente Albino Pereira Lopo, aos quaes depois se aggregou o Sr. Dr. Manoel da Costa Rocha.

Foi em tão boa companhia que visitei as ruinas romanas, depois de todos havermos subido uma ingreme ladeira, situada sobre o Tua, e vestida de flores silvestres, que com seus perfumes nos regalavam.

A quinta da Ribeira fica no termo de Tralhariz, distante alguns kilometros d'esta povoação, no concelho de Carraceda de Anciães. As ruinas estão numa encosta, a cavalleiro do rio Tua, em terreno schistoso, com um melancolico horizonte de montanhas em volta, separadas umas das outras por valles fundos, como em geral succede naquella região trasmontana.



As ruínas appareceram da seguinte maneira.

Andava o caseiro da quinta a fazer um calço no olival que está junto da casa da quinta, e achou um pedaço de mosaico, de certa extensão. Como os nossos abeleãos, quando descobrem algum monumento archaico, imaginam que elle contém thesouros escondidos ou encantados, este trabalhador imaginou o mesmo, dando-se pressa a desmanchar tudo, na esperança de descobrir o ambicionado *haver*. Com o proseguimento do trabalho continuou porém a apparecer mosaico.

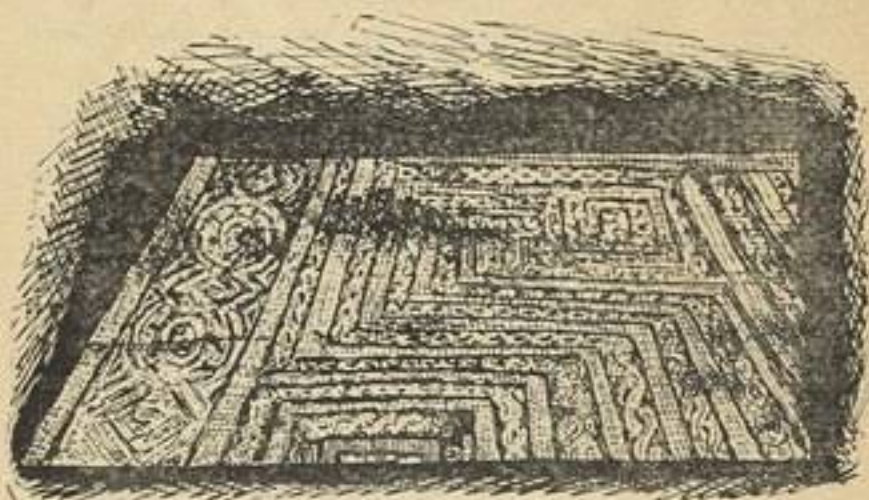


Fig. 1 — Conjunto do mosaico da sala A

Tendo o Sr. Candido de Frias tido conhecimento do facto, mandou proceder á excavação com todo o cuidado, do que resultou descobrirem-se o chão de duas salas mais ou menos forrado de mosaico, á profundidade de uns 12 palmos, salas que communicavam uma com a outra. Ha todas as probabilidades de que contiguas a estas salas appareçam mais. A pouca distancia apparecem um corredor fundo, que fazia parte da mesma construcção, e vae de Nascente para Sul; por elle cabe um homem á vontade. As paredes de todas estas construcções são feitas de schisto, rocha que abunda no local; em alguns sitios d'ellas notam-se vestigios de incendio.

A sala melhor conservada tem por um dos lados 6 metros e tanto, e por outro 5 e tanto; a espessura de uma das paredes é de 0^m,52. D'ella passa-se para a contigua por um resto de porta. Esta é pouco menor que aquella. Chamarei sala A á 1.^a, e sala B á 2.^a

O mosaico é polychronico, *opus vermiculatum*; as cores são: branca, azul-escura, vermelha e amarella; as *tessellae* consistem em pequenos

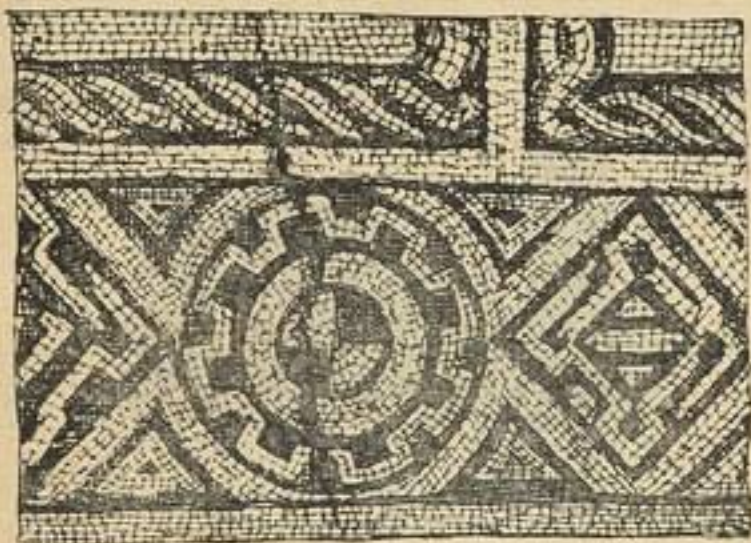


Fig. 2—Porção do mosaico da sala A

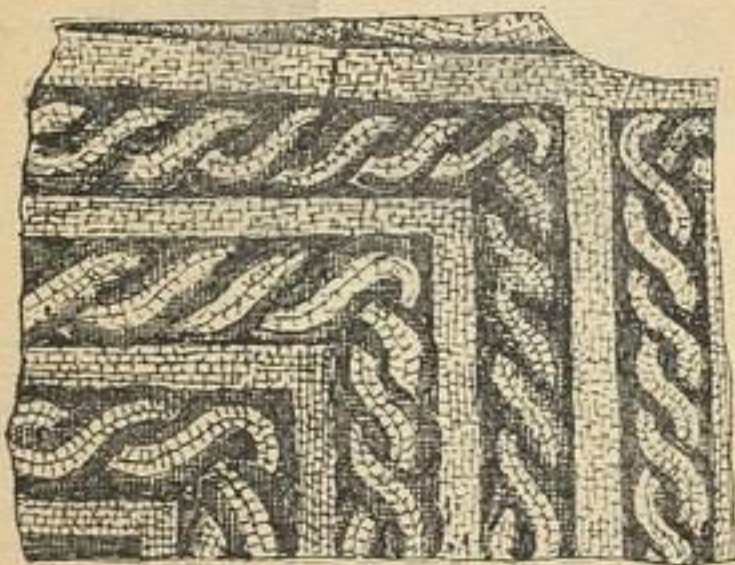


Fig. 3—Porção do mosaico da sala A

cubos de pedra, como succede em geral nos mosaicos luso-romanos. Na sala A a parte do mosaico que está em bom estado é a lateral.

Das figuras juntas se vê, melhor que de uma descripção, a disposição dos desenhos do mosaico: a fig. 2 representa um conjuncto; as figs. 1 e 3 representam em maior escala duas porções¹. Ao centro é possível que houvesse outr'ora alguma figura mais complexa, como acontece noutros mosaicos, mas nada pude averiguar. Na sala B o que resta do mosaico que a reveste offerece semelhanças com o mosaico da sala A.



Fig. 4

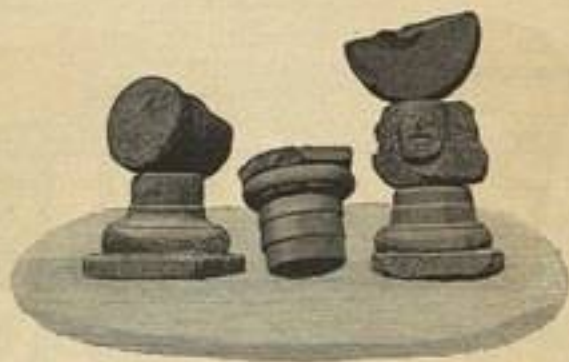


Fig. 5

As paredes das salas eram revestidas de estuque pintado (*fresco*), á semelhança do que também acontecia em salas de casas romanas do Algarve e de Troia de Setúbal.

Por occasião da excavação o Sr. Candido de Frias encontrou muitos objectos, pela maior parte fragmentados: entre elles vi, por exemplo,

¹ A gravura d'estas tres figuras e as das 4 e 5 foram feitas segundo photographias que o Sr. Dr. Manoel da Costa Rocha fez o favor de me enviar.

capiteis ou bases e fustes de columnas de pedra (vid. figs. 4 e 5); pedaços de grandes vasilhas de barro (bojos, asas, fundos), talvez de *dolia*, alguns com ornatos iguaes aos de vasilhas que tenho achado em estações archaicas da Beira; uma pedra, que tem certo feitiço de capitel, mas com uma cara muito tosca esculpida numa das faces (vid. fig. 5); tijolos grossos, uns de fôrma quadrada, outros rectangular, dos que costumam servir nos *hypocaustos*, que quasi nunca faltavam nos edificios romanos de certa importancia ou concheço; numerosos pedaços de *tegulas* e alguns de *imbrices*, como a nossa actual; pesos de barro (*pondera*) pyra-



Fig. 8



Fig. 7



Fig. 5

midaes, de tear, sem marcas, porém, nem letras; um cossoiro (*verticillus*) de barro com ornatos, de que dou aqui um desenho em tamanho natural (fig. 8); muitos pedaços de vasilhas pequenas e finas, de barro grosseiro; alguns pedacitos de vasos de barro mais fino, com ornamentação (vid. fig. 6, em tamanho natural); pedaços do chamado *barro saguntino*; mós pequenas (*molae manuvariae*) (vid. fig. 5); um pequeno câleiro de pedra; um machado de pedra polida; duas moedas romanas de bronze de pequeno modulo, uma do seculo IV, outra que ainda não pude examinar, porque o Sr. Frias a tinha emprestado; um pequeno cabo chato de osso e furado, que poderia ter feito parte de um instru-

mento perfurante (vid. fig. 7, em tamanho natural); raros fragmentos de objectos de ferro e de bronze; asas, ao parecer, de amphoras; um telhão do feitio indicado na fig. 9 (dimensões: 0^m,285 × 0^m,285); parte de uma pia (vid. fig. 4). Todos os objectos de pedra são de granito, que não existe na localidade, mas que podia ter vindo de Tralhariz, onde já ha esta rocha.

Quando proseguirem as excavações, é provavel que se alarguem os nossos conhecimentos á cêrca d'esta interessante estação romana, e só então se saberá se ella era uma simplez *villa* («quinta»), como me parece, ou uma povoação. No entanto notarei que por toda a quinta apparecem muitos tijolos, e pedras aparelhadas.

Em todo o caso, o que desde já se pôde affirmar é que o dono d'esta estação era homem rico e de gôsto, como se vê do mosaico que vestia o chão das salas, e das pinturas que ornamentavam as paredes, e em certa medida se vê tambem dos restos da ceramica *sigillata*, que não

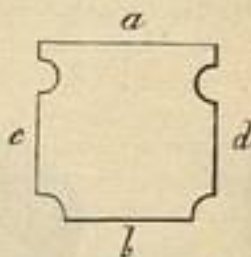


fig. 9

se usaria na mesa de um pobretão, e alem d'isso se vê dos restos das columnas que aformoseavam esta confortavel vivenda. O character agricola da estação resalta da existencia das mós e do grande vasilhame. Nesse local se cultivava, como hoje, já certamente o vinho, porque, como diz o poeta, *Bacchus amat colles*; e bem proprio era o local para isso. Ao mesmo tempo que ahi se preparavam farinhas para o serviço da mesa, o que se vê das *molae*, teciam-se talvez pannos e fiavam-se lãs, como se pôde deduzir da existencia dos *pondera* e do *verticillus*. De facto na antiguidade havia teares em quasi todas as casas, o que explica que nas ruinas archaicas se encontrem pesos de barro em tamanha abundancia; isto succedia não só na epocha romana, mas mesmo já nas pre-romanas: no castro lusitano de Pragança, por exemplo, tenho achado numerosos pesos. E pesos semelhantes aos romanos se encontram nas estações pre-historicas de outros paises, segundo o que observei nos museus das estações lacustres da Suíça, nas antiguidades de Troia con-

servadas num museu de Berlin, etc. Os romanos não fizeram mais que continuar costumes de tempos anteriores ao d'elles. Assim como hoje se vae encontrando quasi em cada casa uma machina de costura, assim na antiguidade se encontrava um tear. Povoações ha ainda em Portugal onde as tecedeiras abundam. E não nos ficou só a tradição de tecer, ficaram outras annexas: é assim que em certa localidade do Norte de Portugal se usam nos teares pesos de madeira que imitam os pesos de barro romanos; no Museu Ethnologico tenho eu um. Os proprios pesos romanos de barro os tenho encontrado ainda hoje em teares; mas creio que isso é devido ao acaso, e não á continuidade da tradição. Os pesos pyramidaes de pau é que são sem d'úvida tradicionaes, como são os cossoiros modernos, que imitam os antigos.

Para se determinar a data a que ascende a villa romana de Tralhariz podem ajudar as moedas. Uma d'ellas vimos que era do seculo IV.

A nossa imaginação, evocando, diante d'estes restos, o passado longinquo, faz-nos apparecer diante dos olhos, como numa camara optica, um pequeno quadro da vida antiga: uma casa de campo elegantemente construida, com sua columnata, com seus *pavimenta vermiculata*, com seus aparadores providos de ceramica de preço, vinda de longe, com seu tear, seus moinhos; em volta, desde o rio até o alto da quinta, uma chusma de escravos a trabalhar; o *dominus* a regular todo aquelle movimento. Mas não permitem os restos por ora achados ir muito longe nesta reconstrucção theorica, para não se cair no dominio da poesia.

A importancia das ruinas romanas da Ribeira está nisto: que, por um lado ellas estabelecem um elo entre as estações romanas que já se conheciam, d'aquelle lado do Douro, em Panoias, Alijó e Moncorvo; e que por outro revelam certo esplendor de civilização romana numa provincia onde até o presente o que se tem encontrado romano é de caracter geralmente barbaro. Com effeito ao norte do Douro é este, que me lembre, o segundo mosaico apparecido, sendo o primeiro o de Vizella, onde não admira que os houvesse, attenta a notoriedade das *thermas* do deus Bormanico, e a vizinhança de Bracara, a que Ausonio chama *dices*, «rica». Na epocha romana, mesmo no seu esplendor, o Norte offerece á contemplação do observador menos brilho que o Sul, o que, entre outras circumstancias, se manifesta no caracter da religião, pois o culto de deuses indigenas, de appellidos barbaros, manteve-se ali até tarde com grande intensidade. Nada ha por ora no Norte que se equipare, por exemplo, aos productos da civilização romana do Algarve. A villa ou estação romana da Ribeira fórma um pequeno oasis nesta rudeza.

A vista d'estas ruínas da Ribeira fez-me lembrar a *villa*, também romana, de Nennig, ao pé de Tréveros¹, na Allemanha; ali appareceram igualmente casas, e um mosaico, que actualmente está muito bem resguardado num edificio proprio, onde os forasteiros e os estudiosos podem ir facilmente admirá-lo, como eu fui em 10 de Setembro de 1899, comprando lá por essa occasião um folhetinho com as vistas d'elle, intitulado *Die römische Villa und der Mosaikboden zu Nennig*, 1895, o qual dá todas as indicações historicas indispensaveis. Na epocha romana abundavam as *villas*. Conheçemo-las, entre nós, quer pelo onomastico moderno,—pois ha muitas povoações que se chamam *villas*, e que nunca o foram no sentido politico actual, mas que se chamam assim por terem sido outr'ora «quintas», ficando o nome inconsciente na tradição; quer pelos documentos medievaes, conservados nos archivos; quer directamente, pelas ruínas que ainda existem. *Villa* notavel era, por exemplo, em Portugal, a dos arredores de Leiria, e a dos arredores de Thomar, a que se chama communmente *Nabancia*,—uma e outra igualmente com mosaicos. As *villas* romanas correspondem agora na significação os *casares* da Extremadura, as *herdades* do Alentejo, e as *quintas* de todo o país.

Quaes as razões pelas quaes a estação romana da Ribeira se arruinou não é facil dizê-las. Os vestigios que se encontraram de incendio permitem attribuir o facto a este; mas seria elle casual, ou entraria aqui acção violenta, por exemplo, a dos Barbaros, no seculo v? São problemas cuja solução fica insolúvel, pelo menos por ora.

Não se sabe da existencia de outra estação archaica nos arredores de Tralhariz. O machado de pedra que appareceu nas ruínas da Ribeira, e que ali estava, ou casualmente, como tantas vezes succede, ou por ter sido considerado *ceramium* ou *ceramus*, isto é, «pedra de raio», dos Romanos, não poderia servir só por si de prova de que o termo de Tralhariz foi povoado nos tempos prehistoricos; mas eu obtive outro, encontrado perto da povoação actual, e todos os aldeãos com quem fallei me notificaram o apparecimento de muitos outros. Não ha

¹ Esta cidade chama-se *Trier* em allemão, e *Trèves* em francês. Como o nome latino é *Treveri* no nominativo, e *Treveros* no accusativo, chamo-lhe *Tréveros* em português, para seguir o mesmo processo que se segue com outros nomes semelhantes: por ex.: *Veios*, em lat. *Veii*—*Veios*; *Thebas*, em lat. *Thebae*—*Thebas*; *Athenas*, em lat. *Athenae*—*Athenas*. Incidentalmente notarei que é pelo mesmo motivo que devemos dizer *Pompeios*, e não *Pompeia*, como diz quasi toda a gente: de facto em latim o nome é *Pompeii*—*Pompeios* (cf. os meus *Estudos de philologia mirandesa*, vol. 1, pag. 389, nota 2).

pois d'úvida de que aquelles territorios tiveram habitantes em epochas anteriores á dos Romanos. Percorre-se assim, durante uns poucos de seculos, a historia de Tralhariz.

Depois da minha visita ás ruínas, o Sr. Candido de Frias levou-me, com os outros companheiros, para a sua casa solarenga de Tralhariz, onde pernoitei, fidalgamente agasalhado e tratado, até que no dia 17 tornei outra vez a tomar o comboio, deixando com bastantes saudades aquelles sitios.

Para o serviço que o Sr. Candido de Frias Sampaio e Mello acaba de prestar á nossa archeologia todos os elogios são poucos. S. Ex.^a, com uma dedicação que não é nada vulgar, não só salvou da destruição este notavel documento da civilização dos nossos maiores, mas, o que é mais, pôs á disposição do Estado o terreno com as ruínas, offerecendo-o, em officio de 17 de Março de 1900, ao Conselho dos Monumentos Nacionais, para este tomar conta d'elle, defendê-lo, e poder, querendo, continuar a exploração scientifica da estação romana. A fim de no Museu Ethnologico ficar esta desde já representada, auctorizou-me o Sr. Candido de Frias a trazer para cá alguns dos objectos encontrados, pelo que mais uma vez me confesso grato.

Oxalá que o Governo, como é de esperar, conceda a devida attenção ao generoso offerecimento que lhe foi feito: concedendo-a, contribuirá para o progresso dos estudos historicos e dará um exemplo que poderá servir de incentivo a actos semelhantes, praticados posteriormente por outros individuos que estiverem no caso do Sr. Candido de Frias. Em todos os paises civilizados se cuida das cousas do passado, das ruínas, dos monumentos, porque tudo isto se considera como documento historico, e como elemento educativo: é assim que no proprio interior da cidade de Paris se admiram, pela estima em que são tidas, as *thermas romanas* de Cluny, e a arena, tambem romana, de ao pé da rua de Monge. Em Portugal tem-se perdido muitas cousas, e continuam a perder-se todos os dias,—do que eu poderia infelizmente formar aqui larga lista; mas ainda é tempo de salvar importantes documentos archeologico-historicos. Acudamos-lhes, pois, em quanto isso se torna exequível.

Lisboa, 27 de Março de 1900.

J. L. DE V.

A Archeologia na Figueira da Foz

1. Novas entradas no Museu Municipal

SECÇÃO DE PREHISTORIA E PROTOHISTORIA:

1 machado de pedra polida, proveniente das Alhadas;

1 pequenino machado de pedra polida, proveniente do *Crasto* (Tavarede);

1 machado de pedra polida, 3 laminas de sílex e 2 lascas também de sílex, provenientes de Monte Gordo (Alhadas).

2 machados de pedra, polidos; 1 núcleo de crystal de rocha; 1 faca de sílex; 1 instrumento de pedra polida, de uso indeterminado; varios fragmentos ceramicos, e alguns ossos humanos: proveniente tudo do dolmen da Moita, freguesia do Outil (Cantanhede).

1 cossoiro de barro; 1 conta de vidro e parte de outra; 1 objecto de barro que parece ter sido cossoiro; alguns fragmentos de objectos de bronze; parte de um dardo do mesmo metal; 1 adaga de louça também de bronze; restos de um alfinete ou agulha do mesmo metal, bem como parte de um anel; 1 vaso de barro, restaurado; partes de cinco outros vasos; 1 tampa de vaso, de barro, restaurado; parte de uma lareira, muitos fragmentos ceramicos: tudo proveniente do *Crasto*, freguesia de Tavarede.

SECÇÃO DE ARCHEOLOGIA HISTORICA:

a) *Sub-secção luso-romana:*

1 bordo de vaso romano, proveniente do castro de Santa Olaya;

1 fíbula de bronze; um peso de tear romano com uma inscripção num dos topos; 1 chave romana incompleta; 1 fragmento de escultura romana; parte do fundo de um grande vaso romano; parte de uma *mola manuaria*; 2 fragmentos de facas de ferro, e 1 escapula do mesmo metal; diversos fragmentos ceramicos indigenas e romanos: tudo proveniente da estação luso-romana da Pedrulha (Alhadas de Baixo);

varios fragmentos ceramicos do Castello de Guifões (Matosinhos), da estação luso-romana de Alvarelhos, e das ruínas de Troia (Setubal).

b) *Sub-secção da idade média aos tempos modernos:*

1 retabulo de pedra, proveniente das Alhadas;

1 estatua de pedra, antiga, que representa S. Roque: da mesma proveniencia;

3 estatuetas de barro, antigas, que representam santos;

1 caneco de loiça antiga;

1 grande pote de barro, antigo;

- 3 pratos de loiça antiga, de Coimbra;
- 1 boneco de loiça nacional, antiga (Coimbra);
- 1 jarro antigo, das Caldas;
- 2 chavenas antigas, da China.

c) *Secção de numismática:*

- 1 medalha do Transvaal;
- 2 denarios das familias romanas Norbana e Plantia, encontrados em Monsanto (Beira Baixa);
- 1 mediano bronze de Diocleciano, encontrado num castro proximo da Pena, Portunhos (Cantanhede);
- várias moedas nacionaes e estrangeiras, antigas e modernas.

2. Explorações da Sociedade Archeologica da Figueira

Esta Sociedade empreendeu um trabalho de exploração no *Crasto*, freguesia de Tavarade (Figueira): descobriu-se, entre outros objectos, uma peça muito interessante, que vem a ser uma lamina de punhal, feita de bronze, que conserva ainda uma das cavilhas que a fixavam ao respectivo cabo.

Tambem a mesma Sociedade, por indicação de um dos seus socios, o Sr. Conselheiro José Luis Ferreira Freire, pôs a descoberto no sítio da Moita, freguesia do Outil, concelho de Cantanhede, as ruínas de um vasto dolmen com vestigios de galeria dupla, e que continha ainda algum mobiliario e muitos restos humanos.

É achado de grande importancia, que denuncia a existencia de uma necropole neolithica naquella região, e por consequencia a presença de populações primitivas nas vizinhanças.

A destruição completa do monumento obsteu tenazmente o parcho de Outil, Rev.^{do} Sr. Antonio Ribeiro S. Miguel, que por isso merece calorosos elogios.

(Informações ministradas pela Direcção da Sociedade).

3. Sessões plenarias da Sociedade Archeologica da Figueira

2.^a Sessão

Nesta sessão, realizada em 12 de Abril de 1899, foi apresentado o relatório dos trabalhos realizados pela Sociedade durante o primeiro anno da sua existencia, documento interessantissimo, que corre im-

¹ Sobre as duas primeiras vid. *O Arch. Port.*, IV, 267.

presso. Varios socios apresentaram as seguintes communicacões, que foram lidas:

Estação luso-romana da Pedrulha (Alhadas), por A. dos Santos Rocha. O seu auctor precedeu-a de várias e valiosas explicações.

Arcabuzes de serpe e morrão, por P. Belchior da Cruz.

Amuletos do Concelho da Figueira, por Pedro Fernandes Thomás. Sobre esta communicacão fez o Dr. Rocha várias reflexões, citando amuletos de diversas regiões.

Delimitação das antigas villas de Buarcos e Redondos, por A. Goltz de Carvalho.

Uma amphora de barro, proveniente de Valencia del Cid (Hespanha), por P. Belchior da Cruz.

Mobiliario neolithico disperso no districto de Leiria, por A. dos Santos Rocha, que, a proposito do seu trabalho, fez uma breve prelecção sobre o emprêgo das mós na antiguidade.

Dado romano proveniente das ruinas de Condeixa-a-Velha, por A. dos Santos Rocha. Tambem o seu auctor deu algumas breves explicações sobre o jogo dos dados nos tempos antigos.

Nota sobre um grande vaso de barro existente no Museu, por P. Fernandes Thomás.

Nota sobre um adorno metallico existente no Museu da Figueira, por A. dos Santos Rocha.

Necropole luso-romana da Senhora do Desterro, em Montemor-o-Velho, por A. dos Santos Rocha.

Uma lapide sepulcral de Zalamia de la Serena (Hespanha), pelo socio correspondente D. Francisco Franco y Lozano, de Badajoz.

Estabelecimentos romanos de salga de peixe no Algarve, por A. M. Figueiredo.

4.ª Sessão

Nesta sessão, realizada em 10 de Janeiro de 1900, foram apresentadas e lidas por varios socios as communicacões seguintes:

A Ceramica em Timor, por João Jardim, — curiosissimo trabalho que suggeriu differentes considerações ao socio Dr. Santos Rocha, que fez a comparacão do fabrico e ornamentação d'esta ceramica com a do selvagem europeu da idade da pedra.

Ceramica negra dos districtos de Aveiro e Coimbra, por Pedro Fernandes Thomás.

Um calix e relicario de prata da igreja de S. Pedro de Buarcos e Os jogos populares em Buarcos, por A. Goltz de Carvalho.

Ruinas da Orca do Outeiro do Rato (Beira Alta), por Pedro Belchior da Cruz.

Alguns exemplares pouco conhecidos da arte manuelina, por Francisco Loureiro.

Mobiliário neolítico disperso no Concelho de Nellas (Beira Alta);—Ruínas da villa romana de Ançã;—Ceramica romana fumigada das vizinhanças da Figueira, por A. dos Santos Rocha, que a proposito fez diversas considerações, principalmente com referencia ao mobiliário neolítico.

Antes da apresentação dos trabalhos, realizou o Dr. Santos Rocha uma conferencia sobre a catastrophe da cidade de Pompeios (Italia), discorrendo larga e eruditamente sobre este assunto.

P. BELCHIOR DA CRUZ.

A goiva de pedra nas estações neolíticas das cercanias da Figueira

Figura a goiva no mobiliário do homem neolítico que estacionou nas vizinhanças da foz do Mondego; mas o seu uso devia ser muito limitado, porque os exemplares são raros nesta região, como o são no resto do país, e até faltam inteiramente nas estações neolíticas que até agora temos explorado pelo valle do Mondego a cima até á Beira Alta.

A sua forma geral é aproximadamente a mesma em todos os exemplares. O objecto, feito de pedra, polido, roliço, um pouco deprimido numa das faces ou em ambas, é estreito e alongado como um dedo indicador, apresentando numa das extremidades o gume curvilíneo, e terminando na outra por uma ponta espessa. Nas figs. 42 e 43 das *Antiquidades perhistoricas do concelho da Figueira* demos já o desenho de duas.

As suas dimensões também não differem consideravelmente. Medem 0^m,085 ou 0^m,087 no comprimento e 0^m,02 na largura ou espessura. Ellas indicam que o instrumento só era destinado a pequenos trabalhos e em materias pouca duras, ao contrario da goiva que Estacio da Veiga colligiu em Aljezur (Algarve) que media 0^m,154 no comprimento e 0^m,062 na largura junto ao gume¹, e dos exemplares neolíticos da Dinamarca, Finlândia e Lithuania, representadas no *Museu Prehistorico* dos srs. de Mortillet².

¹ *Antiquidades monumentares do Algarve*, t. 182.

² Estampa 51^a, figs. 476 a 479.

Sem se afastar muito nas dimensões, nem modificar-se consideravelmente nas linhas geraes, esse typo de goivas da nossa região apresenta comtudo uma notavel variante. É a goiva *dupla*, isto é, que tem um gume curvilineo em cada extremidade.

Nós damos aqui o desenho, maior do que o tamanho natural, devido á penna do sr. Francisco Gil, de um exemplar recolhido no sítio da Oliveira, freguesia das Alhadas, e que pertence ás collecções palaeothnologicas da Sociedade Archeologica da Figueira.



Este precioso instrumento é unico, por enquanto, no mobiliario das nossas estações; e tambem não temos noticia de outro semelhante em qualquer collecção portugueza ou museu estrangeiro.

É feito de fibrolithe, rocha que parece estranha ao país, inteiramente polido e acabado, sem a mais leve deterioração, de modo que parece saído das mãos do fabricante. Tem secção elliptica; e mede no comprimento 0^m,07, na maior largura 0^m,02 e na maxima espessura 0^m,015.

Um dos gumes é ligeiramente obliquo e o outro perpendicular á linha média longitudinal.

Este objecto foi encontrado isoladamente nas argilas que se exploram para o fabrico da telha. É manifestamente um instrumento *perdido*, visto o seu perfeito estado de conservação.

A. DOS SANTOS ROCHA.

Antiguidades de Cárquere

Na freguesia de Cárquere, em Resende, tem apparecido por vezes, e já ha muito tempo, antiguidades de differente natureza. Vou aqui encetar a publicação de uma serie de notas sobre esta localidade. Das antigualhas de Cárquere falla já um velho ms., que citarei a seu tempo. Na *Revista Archeologica*, II, 11 sqq., publiquei a respeito d'ellas um pequeno artigo. Á cerca das inscripções romanas lá achadas, vid. o *Corp.*

Inscr. Lat., II, 5570-5580 (onde por engano se lê «Carqueres» em vez de «Carquero»).

1. Collecção organizada por Manoel Negrão

Meu fallecido e querido primo Manoel Negrão, de quem se fallou n.*O Arch. Port.*, I, 33 sqq., possuía na sua collecção archeologica de Mosteirô muitas lápides vindas de Cárquere, algumas já hoje publicadas, outras ainda ineditas. Em tempo tomei nota das seguintes, que são todas as que elle havia adquirido:

1)



Altura da pedra 0^m,57; largura 0^m,32; altura das letras 0^m,06 e 0^m,07.—Publicada no *Corp. Inscr. Lat.*, II, 5575 (onde se diz por lapso que a pedra está em Guimarães).—Sem ornatos lateraes.—Na 1.^a linha não ha propriamente S, mas uma depressão que tem aspecto de S imperfecto. Parece realmente S invertido, facto que nada teria estranho: cf. C no § 6 d'este artigo. Na 3.^a linha ha depois do M uma depressão que figura um ponto; mas não se cuide que as letras d'esta linha sejam ANN: o que ali está realmente é A M · A.—A pedra na esquina inferior da esquerda está gasta e quebrada. A 3.^a linha não está separada da 4.^a por traço.

2)

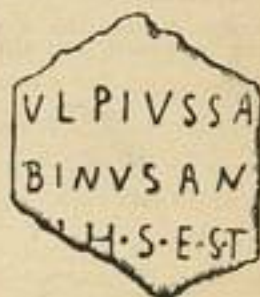


Altura da pedra 0^m,62; largura 0^m,39 (maxima); altura das letras 0^m,07 e 0^m,08. — Publicada por mim in *Rev. Arch.*, II, 114; reproduzida no *Corp. Inscr. Lat.*, II, 5576. Nos lados da lápide vêem-se uns ornatos que tem pouco mais ou menos esta fórma:



O I da 1.^a linha tem um pequeno appendice lateral, certamente fortuito, pois não ha dúvida que é *Melia*, nome que apparece mais vezes nas inscripções da Peninsula. Resta saber se é o mesmo que *Maelia*. Sobre a differença originaria entre *Melia* e *Maelia* vid. *Onomasticon* de De Vit, s. v. — Dá-se uma particularidade notavel nesta inscripção: para se gravarem as tres primeiras linhas, o espaço foi levemente excavado, de modo que as letras ficam numa como moldura; as letras da 4.^a linha porém foram gravadas na superficie lisa da pedra, e estão pois num plano superior ao das outras. Talvez estas letras se gravassem posteriormente á feitura do monumento; no mesmo caso estará tambem o F da linha antecedente. As quatro letras poderão porventura interpretar-se por alguma das conhecidas fórmulas finaes, das inscripções funerarias.

3)



Altura da pedra 0^m,41 (maxima), largura 0^m,40; altura das letras 0^m,05 a 0^m,06. Sem ornatos lateraes. — Inedita. — Deve entender-se *Vlpivs Sabinus an(norum) . . . hic situs est. Sit tibi [t(erra) l(evis)]*. — Na 4.^a linha ha parte de um número, que representava a idade do morto. Os pontos depois de E e S são pouco claros, pelo que tambem poderia suppôr-se que as tres letras eram, não *e(st) s(iit) t(ibi)*, mas apenas *est* com todas as letras, terminando pois ahí a fórmula funeraria e a inscripção; exemplos de fórmulas escritas em parte com abre-

viaturas, em parte com todas as letras, não são raros: vid. *Corp. Inscr. Lat.*, II, 3082 (H. S. EST), etc.

4)



Altura da pedra 0^m,78; largura 0^m,43; altura das letras 0^m,07.
Sem ornatos lateraes.—No *Corp. Inscr. Lat.*, II, 5577.

5)



Altura da pedra 0^m,48; largura 0^m,40; altura das letras 0^m,05 e 0^m,06. Aos lados ha vestígios de ornatos d'esta fôrma



(lembra um tridente). Inédita.—Deve entender-se: *D. M. S. Saturninus Cleme(ns)*.

6)



Altura da pedra 0^m,47; largura 0^m,39; altura das letras 0^m,07.

A 1.^a linha tem não só a fórmula invertida, mas o D. A inversão da fórmula não é facto unico: por exemplo, numa inscrição gallo-romana publicada na *Revue Archéologique*, 3.^a série, t. xv, p. 418, lê-se MD = M[anibus] D[iis]. A inversão do D é devida á impericia do lapicida. Da 3.^a linha a letra mais clara é o O; a 1.^a pôde ser F; a 4.^a creio que não é S, mas C ou G. — Em cada um dos lados tem:



7) Numa lápide que tem um nicho com duas figuras:

D	M
ON	-----
ANXIV	-----
ASIV	-----
-----	-----

Como eram dois os mortos, parece que era também dupla a inscrição. Altura da pedra 1^m,33; largura 0^m,42; altura das letras 0^m,06. — Publicada no *Corp. Inscr. Lat.*, II, 5579 (incompleta).

8)



Altura da pedra 0^m,58; largura 0^m,36; altura das letras 0^m,06. De cada lado do tympano:



de cada lado do corpo da pedra:



No princípio da 1.^a linha, antes do D, ha uma depressão que tem aspecto de I, que em tal caso significaria I(nferis) como no *Corp. Inscr. Lat.*, II, 1174, col. 2.^a Comparando-se esta depressão com a da curva do D, que, por estar gasta, tem o aspecto de depressão natural, é-se levado realmente a suppor I, tanto mais que fórma symetria com a linha seguinte; mas a pedra offerece muitas depressões naturaes, e pôde tambem esta ser uma, que por acaso é vertical, — o que julgo muito provavel. — A última lettra da 1.^a linha só pôde ser D, porque tem uma curva inferior que continúa um pouco á direita; este D era contudo acanhado, por falta de espaço. A pedra tem ali uma fenda obliqua. A 2.^a linha é AVR(elius) RVF(us). Da 3.^a linha só resta a parte inferior das lettras: a 1.^a era I ou L, porque a haste é recta e vertical; a 2.^a era sem dúvida V; a seguir pôde ser que houvesse H; a última era S. Poderíamos ter aqui a fórmula H(ic) S(itus) precedida da indicação da idade do morto, LV; todavia falta a menção da palavra ANNORVM, por extenso, ou abreviada em A, AN, etc., que costuma acompanhar o número. — Inedita.

9)

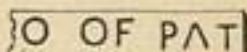


Altura 0^m,79; largura 0^m,46; altura das lettras 0^m,06 a 0^m,075. Antes do número que indica a idade, ao princípio da 3.^a linha, a pedra está quebrada, podendo ter lá havido um A; não havia X, porque os outros XX pegam um com o outro, e falta a péga do primeiro com o outro, se o houvesse. No fim d'esta linha ha vestigio de I: portanto a idade de quem alli estava sepultado era XXCIII = 83 annos. Depois do I vê-se um pequeno corte horizontal, que deve ser meramente fortuito. A pedra representa toscamente uma figura humana. — Na *Rev. Arch.*, II, 114, publiquei um texto menos correcto d'esta inscripção, que foi reproduzido no *Corp. Inscr. Lat.*, II, 5574.

Ha outras inscripções de Cárquere, em lápides de fórmās semelhantes ás d'estas, no Museu de Guimarães e no Ethnologico.

Algumas lápides que aqui publico tem caracteres communs, que são os ornatos lateraes; outras tem em commum os nichos; outras a figura humana. Muitos nomes são barbaros, como *Toceta*, *Sunua*, *Casabus*; outros são verdadeiramente romanos, como *Aurelius*, *Rufus*, *Saturninus*, *Clemens*. Havia pois alli, o que nada tem estranho, um elemento indigena romanizado; mas a civilização era bastante simplez, como se vê da rudeza dos tumulos, da dos ornatos e da das letras.

Outros elementos que conheço da civilização lusitano-romana de Cárquere são: pesos de barro, fragmentos de louças, fibulas, moedas dos sec. II e IV (pelo menos). Num dos fragmentos de louça (barro chamado Saguntino) lê-se dentro de um círculo de 0^m,015 de raio a seguinte marca figulina:



Como a marca está por dentro da vasilha, esta deve ter sido um prato ou taça.

Manoel Negrão era incansavel em colleccionar objectos archeologicos, tendo chegado a reunir monumentos curiosos, como esses que ahi ficam, e outros que ainda terei occasião de descrever n-*O Archeologo*; com o que prestou á sciencia bom servico. Elle tencionava edificar na sua formosa quinta de Mosteirô uma pequena casa destinada exclusivamente a elles; a morte todavia não o deixou realizar este intento.

J. L. DE V.

Do Areeiro á Mouraria

(Topographia historica de Lisboa)

Introdução

Segundo Damião de Goes, o negocio da expulsão dos judeus e dos mouros «foi declarado & publicado, estando el Rei ainda em Muja no mes de Dezembro de M. cccc. xc vj (1496), em hũa pregação que se

sobre isso fez»¹. Não possuímos o texto da lei, mas encontramos-la despojada do protocollo e reduzida ás partes essenciaes no 2.º Livro, Título 41, das *Ordenações Manuelinas*², em que se diz o seguinte: «que se saia por todo o mes de outubro de 1497». Não chegou, portanto, a decorrer um anno entre a *pregaçam* e a saída effectiva dos não-catholicos. Neste mesmo mês e anno³ desposou o rei D. Manoel a princesa D. Isabel, filha dos Reis Catholicos. Desejava o antigo duque de Beja casar com a filha mais velha dos reis seus vizinhos, para assim poder reunir toda a península num só sceptro; mas a juvenil viuva, tomando a peito supersticiosamente a perseguição que por interesse politico seus paes tinham encetado contra os individuos de differente religião, oppunha-se a passar de novo a fronteira e entrar no país onde já perdêra um esposo, julgando que o desastre a que succumbira o príncipe D. João fôra castigo celeste pela protecção que D. João II dispensára aos fugitivos de Castella. Certamente que o pensamento da princesa não era de ordem muito elevada, nem o sceptico D. Manoel perfilharia completamente as ideias da sua futura esposa, mas o sacrificio a fazer era pequeno—se é que o havia. Eis as ideias da princesa enunciadas nas instrucções secretas dos reis catholicos a um seu enviado á corte de D. Manoel, datadas de 21 de Junho de 1497.

«Y que esperança se havia de tener que dios ayudasse al Rey y a ella y pusiesse su mano e su gracia en las casas dellos si el Rey no pusiesse delante el negocio de dios echando los hereges de su Reyno, pues que sta claro quanto es dios offendido em tenellos y que cree que lo acahecido en el príncipe que dios haya fue por esto, y teme que si agora no se remediase podria acahecer en el Rey y en ella y en el Reyno toda desaventura, etc.»⁴.

Ha 400 annos que as communas mouriscas deixaram de existir em Portugal, e ainda hoje poucos ou nenhuns trabalhos possuímos que as estudem na sua organização interna e na influencia que exerceram na população christã; e da mesma fôrma são contadas entre nós as pessoas que conheçam a lingua (simplesmente religiosa nas mourarias), apesar de que a contiguidade do estado marroquino, quanto mais não seja, pelo lado pratico do commercio, exige conhecimento mais generalizado do arabe do que o até agora existente.

¹ *Chronica do Felicissimo Rei D. Emanuel* (1566), parte 1.ª, fl. 14.

² Edição de 1521, fl. 61.

³ D. Antonio Caetano de Sousa, *Hist. Gen.*, tom. III, pag. 221.

⁴ *Anotações historicas*, de Luciano Cordeiro, no *Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa*, tom. VI, 679.

Em todas as povoações importantes da Estremadura, para o sul de Santarem, e em todo o Alentejo e Algarve, havia gremios mouriscos, denominados «communas», organizados com alguma semelhança, mas em ponto reduzido, dos concelhos christãos. Ignoramos ao certo, mas é crível que, ao terminar o seculo XV, a communa dos mouros mais importante, senão no número dos seus habitantes pelo menos na sua influencia e educação, fosse a de Lisboa.

Os terrenos em volta de Lisboa, aproximadamente desde Oeiras até muito para além de Sacavem, constituiam possessões reais debaixo do nome de reguengos; alguns mesmo tinham o nome de condados¹, como Barcarena (Berquerena) e Alverca. Nestas regiões encontravam-se também espalhados mouros agricultores que se tinham subordinado aos homens de Portucale e de Conimbra e seus descendentes, e que continuavam vivendo ao lado dos christãos indigenas em boa paz. Quem pretender levantar o cadastro de propriedades pertencentes e habitadas por mouros em todo o circunito de Lisboa facilmente o poderá organizar em frente dos documentos ainda existentes. Como exemplos de propriedades possuidas pelos mouros podem-se citar: uma vinha situada em Alvalade o Pequeno (Campo-Pequeno) á *Area Gorda* em 1398, conforme diz o Livro dos Dourados de Alcobaça, fls. 220 e 221; e «hũa torre cõ sua loia e com hũ çarrado de bjnha cõ suas olyueiras e aruores que sam no termo da dita cidade aa fonte do Louro²» em 1433, apontado no Livro 84 do mosteiro de S. Vicente, fl. 256 v.

Entre os planaltos do Campo-Grande e do Alto-do-Pina começa uma depressão que vem terminar no Rocio de Lisboa. O sr. Choffat, no *Passeio geologico de Lisboa a Leiria*³, refere-se nos seguintes termos ao planalto do Campo-Grande, outrora conhecido pelo nome arabe de Alvalade: «Este Planalto terciario apresenta formas pouco accentuadas, depressões de declives suaves que não occasionaram grande accumulção de humus no seu fundo, de sorte que a cultura estende-se uniformemente sobre toda a sua superficie. As vinhas, os cereaes, as arvores fructiferas dão-se optimamente neste torrão solto argilo-calcareo». No alto d'uma d'estas depressões, no estreito collo que liga os referidos planaltos do Campo-Grande e do Alto-do-Pina, fica situada a povoação do Arceiro, sobranceira também ao valle de Chellas.

¹ Em muitos sitios cobravam-se os direitos do condado.

² No valle de Chellas. Um documento em latim de 27 de Outubro de 1284 da caixa 86 da *Collecção especial* (Torre do Tombo) traduz *Fons Lauri*.

³ *Revista de Educação e Ensino*, VI, 305.

A palavra *areeiro* significa «local onde se explora areia». Em todos os montes, a começar no do Castello de Lisboa, se tentou por vezes extrahir areia das suas encostas, e de todos elles foram repellidos os individuos exploradores d'esse material por comprometterem a solidex das edificações existentes no cume d'elles. No *Livro da Fazenda do Convento de N. S. da Penha de França, extra-muros da cidade de Lisboa da Ordem do G. P. S. Agostinho*, anno 1780¹, diz-se o seguinte: «Porem para que o Convento não venha pelo tempo adiante experimentar alguma ruina se se minar o monte, em que está edificado da parte de Arroios, tirando-se arêa se deve attender, que ainda que os areiros sejam fora do novo Olival, se não denem consentir pelo prejuizo que pode rezultar; e então uzando dos meios de Justiça, como já se fez no anno de 1726 em que pondo-se hũa acção pela correição do ciuel contra Antonio de Mendonça Arrais se alcançou sentença e sobre sentença que estão no Livro 1.º, masso 5, n.º 12, podendo-se com este exemplo embaraçar o minar-se o monte, ou tambem recorrendo-se ao senado da Camara pelo prejuizo que pode rezultar tãobem ao caminho, que mandara fazer no Caracol no anno de 1746 por resolução de S. Magestade que consta da certidão que está no Livro 7, masso 5.º, n.º 13». A estas localidades dos arredores de Lisboa acontece, como o sr. Choffat diz, que «a agua da chuva penetrando na areia é ali retida pelas bancadas de argilla que ella segue subterraneamente, até que um corte natural ou artificial lhe permite brotar á superficie do solo»; ou como aquelle erudito diz ainda mais incisivamente: «Este massiço argilo-arenoso pôde considerar-se como uma enorme esponja; d'ella proveem as aguas que appareceram na bocca sul do tunnel do Rocio, e á sua presença é que a parte oriental de Lisboa e arredores deve o ser tão rica de aguas».

Era neste valle, que nasce no Areeiro e termina no Rocio, que se ia espriar a Mouraria, collocada em amphitheatro nas encostas dos montes do Castello, Graça e Senhora do Monte.

A abundancia de agua permittia o grande aproveitamento de todo este terreno da parte oriental de Lisboa na cultura intensiva das hortas: as almoinhas da Mouraria, do Rocio (Praças de D. Pedro e da Figueira) e de Xabregas, humedecidas com a agua extrahida por innumeraveis noras, poços e chafarizes, eram antigamente as fornecedoras das hortaliças consumidas pela cidade de Lisboa. O termo arabe de *almoinha* foi usado ao lado do de *horta* todo o tempo que os mouros se conser-

¹ Archivo Nacional.—Remessa dos Proprios Nacionaes, n.º 295, fl. 5 v.

varam; com a sua expulsão desapareceu a denominação que ainda permanece nalguns nomes de logares do sul de Portugal. As almoinhas desciam ainda em 1461 até o sítio da *Praça da Palha*¹ (Travessa da Palha), intra-muros de Lisboa.

Toda a região ainda hoje denominada a *Baixa* era em tempos passados extremamente alagadiça, não só em resultado da invasão das aguas das marés, mas também em consequencia da passagem das torrentes que vinham das encostas e dos valles da Avenida (Valle-de-Pereiro e Picoas) e do Areeiro. Os chronistas de S. Domingos falam-nos de vestígios, no seu entender evidentes, que provavam a existencia, em tempos remotos, de um caes com argolas de bronze no local onde foi fundado o mosteiro², e ainda mais no achado, por occasião de excavações, de montes de cascas de mariscos, o que na verdade foi demonstrado indubitavelmente por descobrimentos modernos no Rocio, como diz o sr. Choffat³: «As antigas alluviões d'este rio só mostram a ostra franceza, *Ostrea edulis*, que é a que se encontra nas estações prehistoricas, tanto nos Kjökkenmødings de Muge, como nas estações neolithicas. Os caboucos das fontes monumentaes do Rocio mostraram também uma quantidade enorme de *Ostrea edulis* misturada com aterros contendo vestígios arabes». Portanto a baía de Ulixbona entrava em tempos remotos pelas modernas praças do Rocio e da Praça-da-Figueira. Talvez até um dia se venham encontrar aqui alguns monturos dos homens prehistoricos.

Emquanto D. Fernando não mandou construir a muralha, as aguas torrencias precipitavam-se no estuario do Tejo livremente, mas outra cousa succedeu depois que ella cercou Lisboa. Em 1383, dez annos depois da construcção das fortificações, aconteceu o que Fernão Lopes narra com as seguintes palavras:

«Reprezarão (as aguas da chuva) no muro, em tanta multidão, ea ainda pela porta de S. Vicente daua agoa pela metade do postigo, & derribou casas das que erão mais acerca, & derribou a parede ou cerca do Moesteiro de S. Domingos, & entrou dentro em altura de quatro couados & meyo, & alagou as cellas dos frades que erão então terreas, & hũa nobre liuraria, em que danou muitos, & muy bõs liuros & sahia tão tesa pela porta da Igreja, que derribaua o muro do alpêdre, hu pregão & todo o rocio era hũ grande mar & alagão muitas casas ao

¹ Archivo Nacional. — Livro v da *Extremadura*, fl. 151 v.

² Sr. Castilho, *Lisboa Antiga*, II, 198.

³ *Revista de educação e ensino*, VII, 339.

derredor delle, & nadauão os toneis do uinho na rua das esteiras, e pela rua noua, & nadou hũa galé nas tercenas, e outras muytas que pareciaõ impossivel de crer»¹.

A acreditar os nossos antigos, o mar ainda chegava em tempos proximos muito mais ao interior de Lisboa do que é razoavel; se lhes dessemos fê inteira, o sítio onde hoje se ergue o arco do Marquês de Alegrete, em substituição da porta de S. Vicente, era cavado tão profundamente que o corpo de S. Vicente pôde no tempo de D. Affonso Henriques alli mesmo desembarcar de bordo da barca que o trouxera do Cabo do seu nome. Tal facto era, porém, irrealizavel nesta epocha.

Vejamos agora os nomes de alguns sítios proximos do valle do Areeiro, que foram encontrados no decurso das presentes investigações, os quaes poderão servir de ponto de partida para ultteriores trabalhos.

Almargema e Alporche. — «Alporche onde chamã a almãjama»; em 1417². «Olival em Val escuro chamado Almagema»; em 1401³. Em 6 de Junho de 1371 (Caixa 94 da *Collecção Especial*): «acima do mosteiro de Santa Clara em logo que chamam a almargema». *Alporche* corresponde á Penha-de-França. *Almargema* parece deturpação de *Almargem*. Não se encontra hoje.

Area Gorda. — 1398. Ficava proxima de Alvalade Pequeno ou Campo-Pequeno⁴. «Olival que esta ao chafaris daroios aonde chamão as areas gordas...»; 1596⁵.

Lagares del Rey. — De 1440 ha no livro 8.^o da Estremadura, fl. 214 e no 1.^o, fl. 20 (chamados de *Leitura Nova*) uma doação de Gonçalo Pereira a Rui Vaz Pereira, seu filho, das «uinhas e lagares del Rei que elle tem e ha no termo da nossa cidade acerca do lugar que chamam aRoyos que sam chamados lagares del Rey». Pertence hoje aos Condes de Almada e perdeu o seu primitivo nome.

Picoa e Palhacana. — «Picoa termo da dita cidade assy como parte oõ binha de palhacana» em 1549⁶.

¹ *Chronica* de D. João I, parte 1.^a, pag. 344 (Ed. de 1644).

² Mosteiro da Graça, maço 14, pacote 8.

³ No Tombo 2.^o da Graça, de 1770, fl. 56 v.

⁴ Livro dos Dourados de Alcobaca, fl. 220.

⁵ Collegiada de S. Julião, n.^o 11.

⁶ Livro 84.^o de S. Vicente, fl. 329.

Num documento em latim, do anno de 1255, existente num cartorio particular encontra-se a fôrma *Picon*, assim como *Lecena* (Liceia).

É chamado este sitio hoje As Picoas, e por elle atravessa uma avenida denominada Ressano Garcia, nome de um ex-ministro e empregado municipal. Palhacana, que tambem se conserva, era appellido de uma antiga familia de Lisboa.

Valle de Cavallinhos.—Fizava proximo de Alporche, nas suas encostas. Gil Vicente diz o seguinte no *Auto das Fadas*: «Cavalgo no meu cabrão—e vou a val de Cavallinhos». D. Francisco Manoel de Mello, na *Feira dos Anexins*, diz tambem o seguinte: «Sempre está no cavallinho da alegria, mas vigie-se dos cavallinhos fuscões. Onde enterra o senhor os que mata? Entre as unhas em valle de cavallinhos»¹. Era effectivamente aqui o cemiterio dos cavallos, como tem demonstrado as escavações feitas recentemente.

Valle Escuro.—«Olival em Val escuro limite do posso dos mouros»; em 1770². Fica entre os montes da Penha-de-França e do Alto-do-Pina, proximo do Poço-dos-Mouros. Tambem já fica mencionado atrás.

Val-de-Pereiro.—«Amdaluços onde chamam ual de pereira»; em 1432³ e tambem em 1455⁴. Val-de-Pereiro e Andaluz.

É grande a quantidade de nomes de mouros que encontra quem consulta os documentos portuguezes até o fim do seculo XV, apesar de que não ha estudo nenhum sobre este assunto, que nos póde, á falta de melhor, dar bastante luz sobre o viver d'aquella raça isolada entre o povo christão; por este motivo vae a baixo reunida uma serie de nomes em que se póde ver o grau de mistura d'elles. Os nomes proprios são arabes, e os appellidos ou alcunhas, muitos d'elles, romanicos. Para o fim em vista não é necessario citar datas nem documentos.

NOMES DE HOMENS

Adeela, capellão.	Adella Çuleyma.
Adela Aleçay.	Adella Seuyilhaão.
Adella Cabeça.	Albacar.
Adella Carote.	Albregoza.
Adella Coteli.	Alcobacil.

¹ Apud Theophilo Braga, *O Povo Portuguez*, t. 1, 165.

² Tombo 2.º da Graça, fl. 56 v.

³ Livro 84.º de S. Vicente, fl. 176.

⁴ Id., fl. 102.

Alcobacil baraceiro.	Bafome (<i>sic</i>) Ferreiro.
Alfangue.	Brafome Gago.
Algaiafe.	Brafame (<i>sic</i>) Ribolo.
Algamim.	Brafome Talaba.
Algarauim.	Brafume (<i>sic</i>) Zagueto.
Alle Agudo.	Caçome de Alvega.
Ale Alicante.	Caçome Delgado.
Alle Almançor.	Çame Delgado.
Alle Azeyte.	Cayde.
Ale Azulejo.	Chaque Mino.
Ale Bacar.	Çoleyma Alycante.
Alle Bicudo.	Çoleyma, ferreiro.
Alle de Collares.	Cõembrão.
Alle Pequeno.	Eixute Note Decabudo.
Almançor.	Ermede Caxiz.
Amel.	Farras, tabelliam.
Azmede Ali.	Focem.
Azmede Almaniar.	Homar Caualleiro.
Azamede (<i>sic</i>) Aramguoes.	Iça Troqualeito.
Admede (<i>sic</i>) Baforine.	Jufiz Alagife.
Azmede de Beja.	Labar ¹ o Gordo.
Azmede Bocarem.	Locae.
Azmede Cabeças.	Maçoude Xouxel.
Azmede Caçijs.	Mafariche.
Azmede Çafeiro, oleiro.	Mafamede Agudo.
Azmede Capellam.	Mafamede Alfacar.
Azmede Custas.	Mafamede Danis (de Avis), alcaide.
Azmede Mexixo.	Mafamede, esparteiro.
Balmequer.	Mafamede Çafyeiro.
Barrazaque.	Mafamede Chocónhuã.
Belfadar.	Mafamede Furtado.
Berazoar.	Mafamede Lampeda.
Bizbilino.	Mafamede Laparo.
Bonombre.	Mafamede Pintado.
Borgaça.	Mafamede Salsa.
Brafome de Alcaçar.	Mafamede de Santarem.
Brafome de Alemquer.	Mafamede Sobrinho, oleyro.
Brafome Cordeyro.	Mafamede Algaffate.

¹ Existe em Monte-Lavar.

Mafofede (<i>sic</i>) Branteiro.	Mafomede Siuilham.
Mafomede Ferreiro.	Omar Merendano.
Mafomede Perdiz.	Pilym.
Mafomede Roballo.	Pombaees.

NOMES DE MULHERES

Aixa.	Fatex (Fates ou Fatees).
Alema.	Luza.
Aziza.	Maçouda.
Capba.	Mariaema.
Eixa de Camarat.	Moreima Babadia.
Fatema Capelloa.	Zonira.

Foram consultados para tudo o aqui referido, além dos livros das Chancellarias reaes, principalmente nas suas copias da *Leitura Nova*, os seguintes cartorios de conventos também existentes no Archivo Nacional: Alcobaga, Graça, Jesuitas, Penha-de-França, S. Domingos, S. Vicente, Santos, etc. Dos livros impressos, os indispensaveis e preciosos trabalhos do Visconde de Castilho, *Lisboa Antiga*, e de Freire de Oliveira, *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*.

Um estudo d'esta qualidade necessitava ser acompanhado de plantas mais minuciosas do que a aqui junta, mas a falta de competencia inhibiu-me de o fazer. Outros mais autorizados o emprehenderão. Refiro-me ao meu bom amigo Vieira da Silva, já conhecido pelas suas bellas monographias das muralhas antigas de Lisboa, a quem além das uteis indicações do Tombo da cidade, existente no Archivo da Camara Municipal, deve o presente trabalho um pouco do cunho de precisão que o seu autor lhe não poudo imprimir.

Como é facil de prever, de fôrma nenhuma ficaram exgotadas as materias de cada um dos assuntos tratados. O que se tem em vista neste trabalho principalmente é dar ideia, geral e documentada ao mesmo tempo, da Mouraria de Lisboa, como ella era no tempo em que os mouros a habitavam. Cada um dos assuntos é susceptivel de maior desenvolvimento, o que poderá ser conseguido noutras monographias.

Quando um dia despertar em Portugal, não o gôsto, mas a necessidade de estudar a historia de todas as manifestações da actividade humana na fracção portugueza, será já bastante tarde para conservar muitos monumentos do passado, que estão sendo aos nossos olhos destruidos irremediavelmente.

I

O Valle do Areeiro

O valle formado na sua parte inferior ou intra-muros de Lisboa pelos montes de Sant'Anna (do nome do convento fundado no sec. XVI) de um lado, e do outro pelos montes do Castello, Graça, Senhora do Monte e Penha de França, é dotado profusamente da agua que lhe desce em parte torrencialmente do Areeiro, situado sobranceiramente tambem ao valle de Chellas, e em parte é extrahida do solo por meio de poços e chafarizes. A pequena torrente invernal, correndo no fundo do valle, ou thalweg, no leito que ainda hoje se reconhece, ia entrar em tempos remotos na Baixa, valle formado pelos montes do Castello e de S. Roque, onde se encontrariam, provavelmente, as suas aguas com as vindas de Andaluz através de Valverde. O local preciso em que se encontravam, se por acaso assim succedia, não é possível defini-lo hoje, nem mesmo o sitio em que a corrente ou correntes se precipitavam no Tejo, ou melhor na bahia formada por elle. O cruzado inglês Osberno (*Port. Mon. Hist., Scrip.*, pag. 399) dizia na carta em que descreve a conquista de Lisboa aos mouros em 1147 que estes tinham as suas *covas* ou celledros subterraneos *in proclivo montis* porque *infra vallem aquarum copia fossas fieri prohibebant*. Ainda hoje nalguns sitios bastante afastados da ribeira as infiltrações aquaticas não permittem fazer as construcções nas condições ordinarias.

O Rego ou Reguêrão

Era este o nome que tinha a corrente que passava por Arroios e ia terminar no Tejo. É a sua traducção latina, *arrugius*, que aquelle local deve a denominação. Num documento que parece da epoca de D. Afonso II encontram-se as seguintes menções: «in Arruços aliam vineam» e «Arroios»¹. A citação mais antiga é de Janeiro de 1181: «uinea... in territorio Ulixbone in loco quod dicitur arroios». Depois em Abril de 1184: «uinea... in termino Ulixbone in loco predicto ubi vocitant fonte de arroios». Ambos os documentos estão na caixa 80 da *Collecção Especial* (Torre do Tombo).

¹ *Memoria para a Historia das Inquirições...* pelos discipulos da aula de Diplomatica, 1815, fl. 9, parte II.

Por ordem chronologica vão as seguintes notas em que entra o nome do rego:

1420. «azinhagaa do Rego por onde corre a agua real». (*Santos*, n.º 662).

1429. «Azinhagaa per hu corre agua». (Livro 84 de *S. Vicente*, fl. 424 v).

1435. «Rego pubrico per hu corre a agua que vem darroyos». (*Id.*, fl. 204 v).

1440. «Rego que vem de Santa baruora». (*Santos*, n.º 638).

1452. «fomte daRoyos». (Livro 84 de *S. Vicente*, fl. 54).

1489. «Rego que vem darroios». (*Santos*, n.º 592).

1498. «chafariz daRoios».

1503. «rego que vem de sam Jurdan». (*Santos*, n.º 603).

1510. «azinhaga que vay per antre as ortas». (*Id.*, n.º 671).

1516. «reguo que vay pera os canos». (*Id.*, n.ºs 622 e 1779).

1542. «rego daguaa que vay per de trás, antre as hortas de sam Lazaro». (*Id.*, n.º 617).

1555. «Rego dagoa que vem do chafariz darroyos para a dita cidade». (*Id.*, n.º 1783).

D'estas citações se vê que as aguas vindas de Arroios ainda recebiam as do campo de Santa Barbara e valle de S. Jordão (Charca). No percurso que eu sabia havia duas pontes:

1562. «Projecto de construcção d'uma ponte «antre a porta de são nicente da inouraria e o postigo que se abriu ao jogo da pella». (*Elementos*, I, 567).

1581. «pomte de sam lazaro dentro do bequo de Barbaleda». (*Santos*, n.º 1795).

1586. «pomte de sam lazaro onde se chama o curralinho». (*Jesuitas*, maço 2, pac. 7).

Proximo de Santa Justa havia tambem uma ponte como diz um documento do tempo de D. João I.

As construcções e a falta de cuidado fizeram com que no decorrer dos annos as aguas estagnassem e se corrompessem, occasionando por tal motivo doencas. No documento de 1562 da Camara Municipal de Lisboa, apontado a cima, justifica-se a construcção da ponte no terreno que ficava da parte de fóra das muralhas por ser um sitio «onde se fazẽ grandes atoleiros». Um outro documento da mesma Camara (*Elementos*, IX, 400), datado de 1695, concede um terreno ao Desembargador Ignacio Lopes de Moura para construir a ermida de Santa Barbara (aliás reconstrucção, cfr. Castilho, VII, fl. 57) com o preceito de «que tape as covas e alvercas que prejudicam a saude dos mora-

dores da rua direita dos Anjos». Ha aqui referencia aos terrenos baixos da actual *Charca*¹.

A primeira vez que se devia pensar em regularizar o curso do rego foi provavelmente por occasião da construcção da muralha em 1373-1375; e só dentro da cidade. As citações mais antigas da rua dos Canos, que actualmente conheço, são as seguintes:

1424. «canos da porta de sam Vicente». (Livro 84 de *S. Vicente*, fl. 377 v).

1466. «canos da porta de sam Vicente». (Livro 20 de *S. Domingos*, perg. 21).

1466. «canos do muro des contra a porta de Sam Vicente». (*Id.*, perg. 4).

1479. «canos per u correm as augas choudiças e em fundo parte cõ adro do dito moesteiro». (*Id.*, perg. 6).

1514. «azinhagua que vem do poço de Sã Lazaro e vay ter os canos de sam Domingos». (*Santos*, n.º 593).

1516. «Rego que vay pera os canos». (*Id.*, n.º 622).

1611. «rua dos Canos de tras da Ermida de N. S.^{ra} da Escada». (Livro 20 de *S. Domingos*, doc. 43).

Não sabemos como atravessavam primitivamente as aguas do rego a muralha e entravam nos canos, mas não devia ser de modo muito diverso do que acontecia em 1625 (*Elementos*, III, 166), epoca em que se tratava de a reparar neste ponto, com receio do inimigo, da fórma seguinte: «Pôr hũa grade de ferro groça no cano real da banda de dentro do muro, defronte da rua dos Canos». Neste mesmo documento diz-se: «... nas casas adiante, em que vive Dona Guiomar Manoel, e no pateo destas casas levantar as paredes te a altura da parede do canno, e tapar as portas e janellas deste pateo». Como atrás já fica mencionado em 1562 projectou-se neste ponto a construcção de uma ponte; a necessidade d'ella não era grande, pois bastava abrir um novo cano, para que as aguas represadas em frente da muralha tivessem vasão ficando o transito mais desafogado.

Outro documento datado de 1685 (*Elementos*, I, pag. 553) descreve-nos a rede dos canos fóra e dentro da muralha:

«*Cano do chafariz d'Arroyos*—O cano real que toma as aguas do chafariz d'Arroyos, e vem até á igreja dos Anjos, e abaixo do chafariz se mette por entre as hortas, e vem á rua dos Canos e por

¹ Esta palavra é aparentada com *charco* e *enchascar*, que exprimem a noção de humidade.

dentro do mosteiro de S. Domingos vem sair á Bitesga, e vai por baixo das casas da rua da praça da Palha.» Só portanto d'aqui e de uma certa epocha em diante, é que as aguas de Arroios passavam a ter o seu percurso subterraneamente.

Por outros documentos mais antigos deprehende-se que as aguas de Arroios, depois de sairem da rua dos Canos, atravessavam os terrenos do convento de S. Domingos (almoinhas primitivamente) onde depois se fundou o Hospital de Todos-os-Santos, e agora é a Praça da Figueira, passavam talvez pela Rua Nova de El-rei ou Rua Nova de Cano, aberta no tempo de D. Affonso V em cano e iam descarregar na Ribeira. Não será talvez êrro, porém, acreditar que o rego tinha curso independente das aguas vindas da Avenida.

Havia ainda os seguintes canos parciaes:

Cano da rua da Mouraria. — «Pela rua da Mouraria vem um cano que terá trez palmos em quadro, e vem metter-se no cano real, que vem do Campo da Forca¹ e do chafariz d'Arroyos».

Cano da rua dos Cavalleiros. — «O cano que vem pela rua dos Cavalleiros, e se mette neste cano acima não lhe pude saber o principio, etc.».

Cano da rua do Capellão. — «Pella rua do Capellão abaixo, que por outro nome se chama a rua Suja, que vem do mosteiro de Santo Antão² dos frades da Graça, e se vem metter neste cano da Mouraria, etc.» De tudo o referido se collige que as aguas que corriam no valle limpidas nos tempos dos romanos, dos arabes e nos primeiros seculos de Portugal se foram alterando gradualmente a começar pela parte inferior do seu curso, em virtude dos aterros prepositados e da dissolução effectuada pelas chuvas nos monturos existentes nas proximidades do rego, que provavelmente podia emparelhar pelo acção com um outro rego das immundicies, proximo dos banhos de Morraz (anno de 1389, perg. 314 de Santos), pelos sitios do canal de Flandres, assim denominado em 1321 (Santos, n.º 303)³.

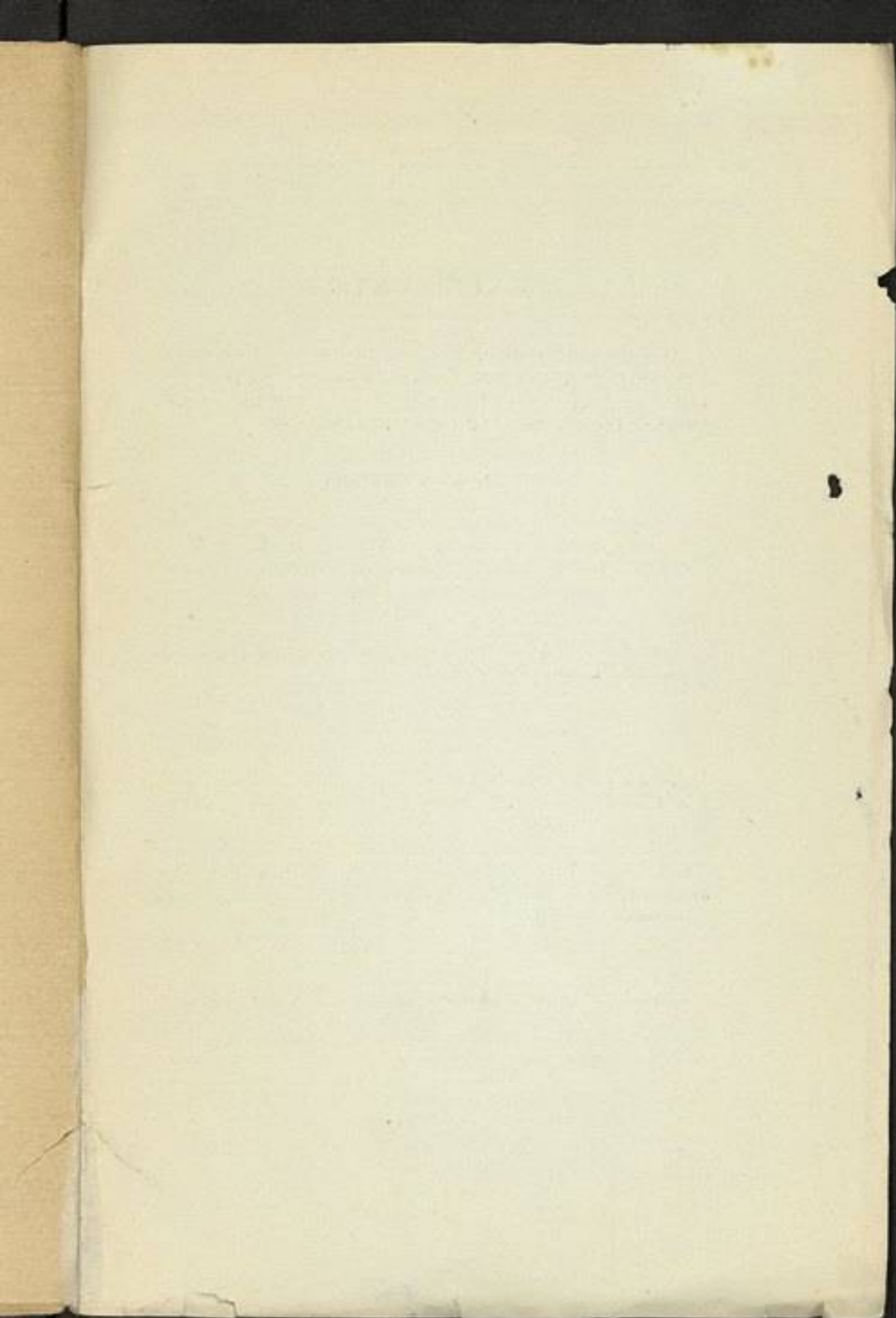
(Continúa)

PEDRO A. DE AZEVEDO.

¹ Actual Campo de Santa Barbara.

² O Colleginho, primeiro local onde se estabeleceram os jesuitas, era a mesquita da mouraria.

³ Ultimamente tem sido explorados os canos de Lisboa por pessoas mais competentes, do que as que os frequentavam por dever de officio ou por interesse. Nalguns sitios encontram-se vestigios de edificações que só um estudo mais completo poderá explicar. Desgraçadamente as posses e modo de pensar da Camara de Lisboa não permitem julgar que lhes ligue qualquer interesse archeologico.



EXPEDIENTE

O Archeologo Português publicar-se-ha mensalmente. Cada número será sempre ou quasi sempre illustrado, e não conterá menos de 16 paginas in-8.º, podendo, quando a affluencia dos assumptos o exigir, conter 32 paginas, sem que por isso o preço augmente.

PREÇO DA ASSIGNATURA

(Pagamento adiantado)

Anno.....	15500 réis.
Semestre	750 »
Numero avulso.....	160 »

Estabelecendo este modico preço, julgamos facilitar a propaganda das sciencias archeologicas entre nós.

Toda a correspondencia á cerca da parte litteraria d'esta revista deverá ser dirigida a J. Leite de Vasconcellos, para a *Bibliotheca Nacional de Lisboa*.

Toda a correspondencia respectiva a compras e assignaturas deverá, acompanhada da importancia em carta registada ou em vales de correio, ser dirigida a J. A. Dias Coelho, para a *Imprensa Nacional de Lisboa*.

À venda nas principaes livrarias de Lisboa, Porto e Coimbra.